AVENTURAS DO TEMA DO DESENVOLVIMENTO NO MARXISMO

Emir Sader*

A derrota da revolução na Alemanha e o refluxo das lutas populares na Europa Ocidental provocaram o isolamento da Rússia. Foi assim que provavelmente se definiu o destino da Rússia e do socialismo no século XX, em que o atraso econômico constituiu-se como horizonte fundamental de limitação do desenvolvimento. Marx havia prognosticado que o socialismo surgiria no centro do capitalismo, justamente pelo maior desenvolvimento das forças produtivas e, paralelamente, das classes sociais e das contradições entre estas. O objetivo deste artigo é analisar como se deu esta defasagem entre economia e política na história do socialismo no século XX e suas consequências.

ADVENTURES OF THE DEVELOPMENT THEME IN MARXISM

The defeat of the revolution in Germany and the tide of popular struggles in Western Europe caused Russia's isolation. This is likely to have defined Russia's destiny and that of 20th century socialism, conditioned as it was by economic backwardness, as a fundamental horizon limiting its development. Marx foretold that socialism would emerge in the center of capitalism, precisely due to the greater development of productive forces, with the corresponding greater development of social classes and the contradictions among them. The objective of this paper is to analyze how this imbalance between economy and politics did come about in the history of socialism in the 20th century and its consequences.

1 INTRODUÇÃO

O que o marxismo tem a dizer sobre o desenvolvimento? Certamente, muito. Já o *Manifesto Comunista* reconhecia, de forma substancial, a extraordinária capacidade do capitalismo de expansão das forças produtivas – que se chocam reiteradamente com sua incapacidade de distribuição de renda, gerando as crises cíclicas de superprodução ou de subconsumo.

Um dos eixos metodológicos do marxismo reside na contradição entre forças produtivas e relações de produção, cuja dinâmica chega a um limite em que as relações de produção constituem-se em freio ao desenvolvimento econômico. Abre-se, neste momento, um período revolucionário de transformação, de um tipo de sociedade fundada em um modo de produção, em outro.

Esses fundamentos teóricos abriram espaço para uma grande tradição de economistas marxistas, desde teóricos e dirigentes revolucionários ao mesmo tempo, como Lênin e Rosa Luxemburgo, até grandes teóricos da economia e do pensamento marxista em geral, como Maurice Dobb, Paul Baran, Paul Sweezy, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Samir Amin e Robert Brenner.

---

* Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

Ao lado desse plano teórico, a história concreta do socialismo recolocou vários outros desafios em questões econômicas, algumas das quais serão mencionadas neste texto. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China, Cuba e Vietnã, entre outros países, tiveram que enfrentar dilemas econômicos agudos cuja estratégia de solução, de alguma maneira, definiu também o futuro destes processos políticos.

Uma vez que o socialismo surgiu na semiperiferia, e não no centro do sistema, tendo todo o seu desenvolvimento econômico e, depois, estendendo-se para a periferia, os problemas econômicos exigiram abordagens inovadoras por parte da teoria marxista e dos dirigentes políticos do socialismo. A economia passou a ser um tema privilegiado do marxismo, incluídos os desvios fortemente economicistas nos modelos adotados pelos governos socialistas.

O privilégio de Marx de concentrar suas análises sobre a Inglaterra tinha o sentido não de enfocar o país, mas de basear-se na economia de maior desenvolvimento das forças produtivas para captar, da melhor forma possível, as leis do desenvolvimento do capital – objeto real de *O capital* como obra. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção transformaram-se em um dos eixos interpretativos do marxismo. O outro sentido é o da luta de classes como eixo fundamental da história.

Na Alemanha, sob o impacto do acelerado crescimento do país, amadureceu o que seria conhecido como a interpretação social-democrata do marxismo, que privilegia o desenvolvimento das forças produtivas como alavanca da luta anticapitalista na esfera política. Esta perspectiva ficou caracterizada como uma visão economicista ou estruturalista do marxismo.

A URSS, no isolamento a que ficou relegada nos anos 1920, produziu a outra vertente economicista do marxismo, centrando seu desenvolvimento na expansão das forças produtivas. A questão das relações entre economia e política voltaria a se colocar quando a primeira expressão histórica de ruptura da cadeia imperialista deu-se na Rússia atrasada, e não em algum dos países do centro do capitalismo. Gramsci caracterizava tal ruptura como uma "revolução contra o capital", no sentido de que não obedecia à previsão de Marx de que se daria nos países mais desenvolvidos, pelo próprio grau superior de expansão das forças produtivas. Lênin interpretou este desvio como um nó que tinha de ser desatado, ao afirmar que era mais fácil tomar o poder na Rússia – pela fragilidade do czarismo – que construir o socialismo – não apenas pelo atraso econômico, mas também pela formação da classe trabalhadora, tanto objetivamente quanto subjetivamente. Lênin, assim como Trotsky, pretendia que a revolução alemã – em um país economicamente desenvolvido – resgatasse a Revolução Russa – em um país economicamente atrasado.

A derrota da revolução na Alemanha e o refluxo das lutas populares na Europa Ocidental provocaram o isolamento da Rússia. Foi assim que provavelmente se definiu o destino da Rússia e do socialismo no século XX, em que o atraso econômico constituiu-se como horizonte fundamental de limitação do desenvolvimento. Marx havia prognosticado que o socialismo surgiria no centro do capitalismo, justamente pelo maior desenvolvimento das forças produtivas e, paralelamente, das classes sociais e das contradições entre elas.

Como se deu essa defasagem entre economia e política, que marcaria toda a história do socialismo no século XX? Quais as suas consequências?

2 AS DESVENTURAS DA HISTÓRIA CONCRETA

A análise de Lênin foi a que mais deu conta desse fenômeno inesperado e inédito. Embora vários teóricos no fim do século XIX, como Hilferding e Bukharin, tenham captado a passagem do capitalismo à sua fase imperialista, as dimensões políticas e históricas desta transição foram evidenciadas mais claramente por Lênin.

O processo de acumulação capitalista, analisado por Marx, repousa em uma dinâmica de contínua expansão que, no entanto, se choca com os mecanismos de apropriação da mais-valia, levando ao que Marx caracterizou como tendência geral à queda da taxa de lucro. Como a acumulação está centrada na mais-valia, e esta, no trabalho operário, a tendência ao aumento dos investimentos no capital constante – em particular na tecnologia e não no capital variável – e nos salários – o que leva à redução da taxa de lucros. Esta é recuperada pelo aumento da massa de lucro, o que condena o capitalismo a uma constante expansão da produção.

Essa expansão no nível das empresas transfere-se ao plano nacional. Conforme foram se constituindo as potências coloniais, internacionalizaram-se a concorrência e a disputa por novos territórios por parte das distintas potências. A própria Conferência de Berlim, em que as grandes potências coloniais terminaram de dividir a África, com regra e compasso, expressava um momento crucial. Segundo constatou Lênin, como este processo não tinha limite no tocante à acumulação, ele teria que se dar não mais pela apropriação de territórios, mas pela expropriação de espaços de outras potências. Em outros termos, a dinâmica de acumulação capitalista apontava para uma nova fase histórica – a passagem à etapa imperialista e ao período de guerras interimperialistas.

A previsão de Lênin cumpriu-se de forma dramática e rigorosa em toda a primeira metade do século XX, com as duas guerras mundiais – na realidade, uma guerra única, dividida em duas partes –, que foram exatamente conflitos interimperialistas. A Primeira Guerra Mundial eclodiu após um período relativamente calmo de hegemonia colonial britânica, de forma surpreendente para os que não tinham a percepção de Lênin. Afinal de contas, na região do mundo que se considerava a mais civilizada, explodia o conflito bélico mais selvagem que a humanidade havia conhecido: uma guerra cara a cara, a guerra da baioneta, que se alastrou por quatro anos e produziu dezenas de milhões de mortos nos campos de batalha.

A interpretação de Lênin apontava também para a explicação do porque a cadeia imperialista rebentaria na periferia e não no centro, como previa Marx, fazendo que a história passasse por um desvio antes de retomar suas leis fundamentais. Isto porque a vitória da Revolução Russa desmentiu as conjecturas de Marx, mas não aboliu a afirmação central de que o socialismo teria de herdar o desenvolvimento econômico do capitalismo para reordená-lo em um tipo de sociedade diferente, superior e socialista.

Para Lênin, a passagem do capitalismo à sua fase superior, a imperialista, não era apenas um fenômeno econômico, pois tinha várias consequências sociais e políticas. Ao explorar suas colônias, as potências imperialistas repartiam os frutos desta exploração com as outras classes nacionais, inclusive a classe operária. Assim, um setor mais bem remunerado desta tornaria-se uma espécie de aristocracia operária, solidária à exploração colonial e acobertada pela ideologia chauvinista, em vez de solidária aos povos dos países colonizados.

Dessa forma, enquanto se amainam as contradições no centro do capitalismo, elas se tornam mais agudas na periferia, nos países colonizados. A questão nacional intensifica-se, em detrimento das contradições sociais no centro. Este mecanismo, típico da fase imperialista, explicaria o porquê de o sistema explodir na periferia e não no centro, conforme as previsões originais de Marx.

Naquele momento, entrava em crise um dos preceitos fundamentais da modernidade, que associa desenvolvimento econômico à civilização. Digladiavam-se ferozmente as potências mais desenvolvidas economicamente e que se consideravam, por isso, as mais "civilizadas", relegando as outras à categoria de "bárbaras". Digladiavam-se em torno de ideologias chauvinistas, de superioridade de um país sobre o outro, que acobertavam a disputa interimperialista pela redivisão do mundo entre as grandes potências.

Por trás disputava-se também o relevo da Inglaterra como potência hegemônica. A virada do século tinha evidenciado sintomas do esgotamento do império inglês como potência mundial, pelas guerras na África do Sul e na China, que Londres tinha tido dificuldade para superar. Duas potências emergentes disputavam para se transformar no novo *hegemon*: a Alemanha, depois da modernização conservadora de Bismarck, e os Estados Unidos da América (EUA), depois da Doutrina Monroe e dos acordos com a Inglaterra.

A eclosão da guerra levou, primeiro, os EUA a manterem sua posição isolacionista, como se a guerra fosse uma questão europeia e seus interesses não estivessem em jogo. Quando se deram conta de que a Alemanha começava a triunfar e despontaria como a grande sucessora da Inglaterra, os EUA promoveram rapidamente a formação de uma opinião pública interna favorável à participação na guerra – condição indispensável para se engajar em um combate sangrento como aquele. Assim, o ano de 1917 trouxe, por um lado, o ingresso decisivo dos EUA na guerra, para

desequilibrá-la para o lado ocidental, e, por outro lado, a Revolução Russa, que levaria o poder soviético a sair da guerra. Projetavam-se, assim, as duas superpotências que protagonizariam o cenário político mundial no segundo pós-guerra.

Os acordos do pós-guerra, punindo duramente a Alemanha, especialmente em termos econômicos, confirmaram o objetivo central de disputa interimperialista pelas colônias e por espaços na própria Europa. Ao mesmo tempo, pela primeira vez, o desenvolvimento econômico era utilizado para fins militares de forma sistemática e global, por praticamente todas as grandes potências, redefinindo o papel do desenvolvimento das forças produtivas, articulado com a função anticíclica da indústria bélica.

3 O ROTEIRO DA HISTÓRIA CONCRETA

Do ponto de vista do socialismo e do marxismo, o desenlace da Primeira Guerra Mundial teve uma grande consequência positiva: o fracasso do governo menchevique, aliado das potências ocidentais, tornando, assim, incapaz de retirar a Rússia da guerra e resolver, por esta via, o problema da miséria da massa do povo. Ao mesmo tempo, houve a integração dos camponeses e dos operários nas frentes de guerra, com armas na mão. O acelerado crescimento dos bolcheviques e, finalmente, sua vitória em outubro de 1917 relacionaram-se diretamente com a Primeira Guerra Mundial.

Na Europa, a derrota da Alemanha era a derrota do país em que o socialismo mais tinha se desenvolvido, pela força do Partido Social Democrático Alemão – o que mais crescia no mundo, concomitantemente ao explosivo ciclo econômico do país nas últimas décadas do século XIX. A Rússia tinha se constituído no elo mais frágil da cadeia imperialista, por condensar um conjunto de contradições, o que possibilitou a revolução bolchevique.

Ao ser derrotada, a Alemanha passou a ocupar esse lugar. Seu desenvolvimento econômico ficou bloqueado e suas contradições internas foram condensadas. Uma verdadeira situação revolucionária foi sendo gerada no país, o que fazia prever uma solução radical à crise. O triunfo nazista logo em seguida confirmaria este diagnóstico.

Os bolcheviques apostavam em uma saída revolucionária da Alemanha, que iria resgatar a Rússia atrasada. A derrota dos projetos revolucionários do grupo Espartaco, dirigido por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, determinou o isolamento da revolução bolchevique. Em seguida, a Europa Ocidental começou a recuperar-se dos danos causados pela guerra, estabilizando-se econômica e socialmente.

O movimento socialista mundial dividiu-se, no momento da deflagração da guerra, entre social-democratas – favoráveis à participação dos partidos social-democratas ao lado da burguesia de cada país na guerra – e comunistas, pacificistas e internacionalistas. Esta divisão favoreceu mais ainda a vitória da direita, conforme o enfrentamento entre os partidos de esquerda enfraqueceu e facilitou o isolamento da URSS, duramente criticada pela social-democracia como outra versão do totalitarismo.

A Revolução Russa colocou desafios inesperados para os bolcheviques. O que era apenas um desvio momentâneo de rota, conforme a interpretação de Lênin, condenava a URSS a um isolamento prolongado. No plano interno, as dificuldades econômicas multiplicavam-se. Aos danos causados pela guerra, somaram-se os das revoluções de 1917 e os da guerra civil interna – em que mais de dez exércitos estrangeiros intervieram no país.

Os bolcheviques conclamaram os camponeses a tomarem suas terras, enquanto os operários socializavam os meios de produção nas cidades. Desta combinação nasceu, de forma desigual, a aliança operário-camponesa, cuja combinação encerrava fortes contradições. Os camponeses, de posse das terras, passaram a produzir, incentivados pela direção da revolução. Depois de uma fase inicial de socialização dos parcos recursos existentes, batizada de "comunismo de guerra", Lênin começou a implementar uma política de abertura econômica, convocando os pequenos proprietários – especialmente no campo – a multiplicar a produção.

Mas a escassez econômica das cidades não lhes permitia receber produtos ou remuneração como retorno. Os camponeses passaram a vender no mercado negro, inclusive para as tropas dos exércitos estrangeiros, o que o governo bolchevique tomou como uma tentativa de estrangular a revolução pela fome.

Essas duras realidades materiais refletiam o desvio do caminho previsto por Marx. O socialismo tinha que encarar sozinho o que um dos teóricos marxistas de então, Preobajhensky, chamou de "acumulação socialista primitiva". Se, na formulação original, o socialismo seria a negação e a superação do capitalismo, incorporando o nível de desenvolvimento às forças produtivas, em um tipo de sociedade radicalmente distinta, o surgimento da ruptura com o capitalismo na periferia colocava, entre outros, o problema de resolver o atraso econômico herdado do regime derrubado. Era o que residia no fundo do debate entre Stalin e Trotsky, quando Lênin já havia morrido.

Trotsky pretendia interpretar diretamente as teses de Marx sobre a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas como base material para a superação do capitalismo pelo socialismo. Incorporava a interpretação de Lênin de que o resgate da Rússia atrasada daria-se pela Europa desenvolvida. Assim, Trotsky propunha colocar todo o empenho na internacionalização da revolução, para o resgate da Revolução Russa. Considerava que o fechamento a nível nacional seria a condenação à morte da revolução, cercada pela escassez, pelos camponeses, pelos assédios militares e também externamente.

Stalin partia da estabilização ocidental, da desaparição de alternativas revolucionárias na Europa ou em outro lugar do mundo, o que levava a perguntar: o que fazer com a Rússia, o que fazer com a Revolução Russa? Nisto, Stalin tinha a força do seu argumento. Porém, ele transformou a necessidade em virtude, mediante a teoria do "socialismo em um só país".

A Rússia sentiu fortemente o problema quando a retração da economia camponesa levou a fome às cidades e o governo soviético respondeu com a expropriação violenta e maciça das terras. Isto permitiu a acumulação que levou ao acelerado processo de industrialização, mas a URSS foi vítima, até o seu final, de uma questão agrária não resolvida e da hostilidade do campesinato, pela forma violenta como buscou resolver esta questão.

O modelo soviético privilegiava o desenvolvimento das forças produtivas e a recuperação do atraso econômico de forma imperativa, sacrificando a aliança com o campesinato e a própria democracia interna do partido. Cercado pelas potências imperialistas de fora e marcado internamente por uma economia agrária, o poder soviético optou pela industrialização compulsória como objetivo estratégico fundamental.

O desenvolvimento industrial dos anos 1930 permitiu que a URSS resistisse à ofensiva militar da maior potência bélica daquele momento – a Alemanha nazista – e ao cerco brutal de alguns anos de Stalingrado. Possibilitou, ainda, que ela avançasse sobre Berlim para constituir-se no fator decisivo e final da derrota do nazismo. Porém, haviam sido introduzidas várias desigualdades profundas na sociedade e no poder soviéticos.

Essas eram desigualdades entre o desenvolvimento econômico industrial e o agrário; entre a participação direta de gerações de operários urbanos no novo Estado e a marginalização e repressão sofrida pelos camponeses; entre o crescimento econômico e a promoção social de novas gerações de trabalhadores e a repressão interna ao partido; entre a geração de uma potência militar e a pobreza da massa da população; e entre a estatização dos meios de produção e a destruição dos sovietes como órgãos de base do poder dos trabalhadores.

A opção de Stalin marcou estruturalmente o modelo soviético, que pretendia avançar na construção do socialismo pela expansão das forças produtivas. Até que, já nos anos 1960, Kruschev anunciava que a URSS superaria economicamente os EUA. Era a versão mais exaltada desta visão, segundo a qual um país da Europa atrasada teria conseguido, em cinco décadas, mesmo destruído pela guerra civil e pela Segunda Guerra, superar a potência capitalista mais desenvolvida.

Esse modelo foi assumido pelo movimento comunista internacional e por vários outros governos como guia de construção do socialismo. Segundo ele, o socialismo definia-se essencialmente como a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento da democratização política.

4 A ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA

Conforme a revolução seguiu seu itinerário heterodoxo, não se dirigindo para os países do centro desenvolvido do capitalismo, mas deslocando-se ainda mais para a periferia – para a China, Cuba e Vietnã –, a questão do desenvolvimento

foi se colocando de forma ainda mais aguda. A polarização mundial foi se tornando cada vez mais marcada entre o desenvolvimento econômico das potências centrais do capitalismo e o atraso das nações periféricas, de três continentes – Ásia, África e América Latina.

O modelo soviético teve grande receptividade justamente nos países da periferia, que necessitavam urgentemente de modelos de desenvolvimento econômico acelerado. Exerceu forte influência nas economias que recém saíam do colonialismo, em particular na África e na Ásia.

O campo teórico do mundo bipolar do segundo pós-guerra foi constituído em torno de duas interpretações contrapostas. Para o campo socialista, a contradição fundamental da época dava-se entre capitalismo e socialismo. O modelo soviético representava a força deste campo e sua crescente expansão. Para o campo capitalista, a contradição daria-se entre democracia e totalitarismo. Teria sido derrotado primeiro o totalitarismo nazista e fascista; em seguida, o totalitarismo soviético, para depois ser enfrentado o totalitarismo islâmico.

Durante sua existência, o campo socialista desempenhou um papel de retaguarda para novos países em que se colocavam a questão da ruptura com o capitalismo. Para Cuba, de alguma forma, ele funcionou desta maneira, fornecendo petróleo, armamentos e mercado preferencial. De fato, Cuba queria – e foi proposta expressa de Carlos Rafael Rodrigues, representante de Cuba no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Came) – que esta ruptura fosse um papel histórico assumido expressamente pelo campo socialista.

Era claro que a afirmação de Marx de que o socialismo deveria surgir no centro do capitalismo não era apenas pela constituição mais avançada das classes sociais e, supunha-se, das contradições de classe. Era também pela base material indispensável para a construção do socialismo – não somente para atender às necessidades básicas da massa da população, mas também para criar as condições materiais da superação da alienação: controle sobre as condições de trabalho e produção pelos próprios produtores, por meio da socialização dos meios de produção, bem como da redução drástica das jornadas de trabalho, permitindo um tempo livre cada vez maior.

Teorizou-se – Trotsky foi quem o fez com maior ênfase – que a constituição de uma cadeia imperialista em escala mundial fazia que a revolução, surgida na periferia, passasse a estar madura em qualquer dos seus elos, mesmo os mais atrasados. Teria sido o que aconteceu na Rússia, que, mesmo para resolver suas questões nacionais e agrárias pendentes, teve de romper com o capitalismo e instaurar um Estado operário e camponês. A resolução das questões burguesas pendentes daria-se com a direção do proletariado – na versão da concepção de "saltar etapas históricas". Isto explicaria o fracasso dos mencheviques e a resolução de tais questões pelos bolcheviques, por meio do lema "Paz, pão e terra", com que conquistaram o poder.

A conquista da paz só foi possível por uma coalizão de forças não comprometidas com a divisão do mundo entre as grandes potências imperialistas. A paz era condição para evitar não apenas os sofrimentos do povo nos campos de batalha, mas também a guerra fratricida entre trabalhadores dos dois campos. Além disso, deveria existir a paz para que os recursos gastos na guerra pudessem ser utilizados para combater a fome do povo russo. A questão do pão dependia da questão da guerra. A conquista da terra pelos milhões de camponeses dependia de uma coalizão sem amarras com os grandes proprietários rurais.

Foi dessa forma que os bolcheviques resolveram questões pendentes da revolução democrática inconclusa, com a revolução socialista emergente. Porém, isto não eliminava o problema das condições materiais de desenvolvimento do socialismo e de desenvolvimento econômico do país. A estrutura agrária seguia muito atrasada, condenando à miséria a massa dos camponeses. A estrutura urbana, por sua vez, estava muito defasada em relação ao nível de urbanização e industrialização das grandes potências ocidentais.

Colocava-se para a teoria marxista o tema – já mencionado anteriormente – da acumulação socialista primitiva. Em que obter os recursos para dar o salto de qualidade material que permitiria a construção do socialismo na periferia, em países atrasados, em que o capitalismo se havia esgotado sem ter resolvido sequer a questão agrária? Na teoria, pode-se falar simplesmente de "saltar etapas", mas a etapa socialista recebia como herança o atraso, com todas as suas conotações: ignorância, miséria, atraso tecnológico, despreparo da força de trabalho etc.

Como dissemos, colocado diante desse dilema e caracterizando a atitude dos camponeses como de sabotagem e tentativa de cerco e estrangulamento do poder proletário, Stalin procedeu à expropriação maciça, acelerada e violenta das terras dos camponeses. Com isto, acelerou enormemente a coletivização e a estatização das terras, ao mesmo tempo em que colocava nas mãos do Estado soviético uma grande quantidade de recursos para dar um salto espetacular no processo de industrialização da economia.

Essa medida marcou profundamente o desenvolvimento econômico soviético, tanto pelo lado positivo, como pelo negativo. A industrialização compulsiva fez primar as razões do Estado – de sobrevivência diante das ameaças do cerco imperialista, dos assédios dos produtores agrícolas e das ameaças da continuidade da Primeira Guerra Mundial pela Segunda – sobre a capacidade das forças sociais de assumir, de forma consciente e organizada, estas tarefas fundamentais. De tais tarefas, dependeria a sobrevivência do Estado soviético, isolado e hostilizado pelas potências ocidentais.

Fazendo primar o desenvolvimento das forças produtivas, a URSS conseguiu uma expansão econômica espetacular durante uma década – a de 1930 –, recuperando-se das destruições da década anterior. Da mesma forma, depois foi capaz de se recuperar das brutais destruições provocadas pelos ataques do exército alemão durante a Segunda Guerra e retomar um ciclo expansivo. A economia soviética já havia demonstrado, nos anos 1930, enquanto a economia capitalista sofria os duros embates da crise de 1929, como seu planejamento centralizado a havia deixado imune às crises, aos retrocessos e às flutuações, permitindo-lhe crescer em um ritmo mais ou menos uniforme ao longo do tempo.

Como partia de um patamar baixo e teve de enfrentar dois grandes processos de reconstrução, a economia soviética – e a URSS como país – podia apresentar índices prodigiosos de crescimento. Partia de um nível atrasado, similar ao da Turquia no momento da Revolução Russa e, já no segundo pós-guerra, havia-se tornado uma superpotência, repartindo e administrando o mundo com a outra superpotência, os EUA.

A expansão das forças produtivas foi sempre sua grande bandeira. Consolidou uma visão economicista do marxismo. Pretendeu que o crescimento econômico fazia do socialismo o elemento-chave de superioridade sobre o capitalismo. Acreditou que estava no limiar de superar o capitalismo no plano econômico e não na qualidade, no tipo de sociedade.

O mecanismo funcionou enquanto a URSS desenvolveu um tipo de crescimento centrado na reconstrução da infraestrutura, no abastecimento de bens fundamentais, como habitação, vestuário, móveis, sapatos etc. Quando teve de depender da utilização maciça de mão de obra na sua disciplina e no planejamento centralizado, a economia cresceu rapidamente. Esgotada esta fase, a demanda passou a centrar-se em produtos mais sofisticados tecnologicamente.

A partir da metade dos anos 1950, a demanda começou a sofisticar-se mais, coincidindo com a morte de Stalin e graus de flexibilização da política interna. Eric Hobsbawn não tem dúvida: a URSS havia perdido a concorrência com os EUA já ao longo dessa década, não apenas pelas etapas ainda elementares pelas quais passava a industrialização soviética, mas sobretudo pelos avanços tecnológicos da economia norte-americana, que abriu vantagens insuperáveis em setores de ponta fundamentais.

Antes mesmo de desaparecer, a URSS tinha perdido a batalha tecnológica com os EUA. A retomada da Guerra Fria por Reagan levou a URSS a realizar gastos de investimento em tecnologia militar, ainda que não dispusesse dos recursos. A estrutura econômica da URSS tornou-se cada vez mais dual,

com concentração do avanço tecnológico nos setores militares e enorme atraso nos outros setores da economia. A bipolaridade mundial era garantida pelo empate nuclear, sem que houvesse qualquer comparação nem com o produto interno bruto (PIB) ou o produto *per capita*, nem com o nível de desenvolvimento tecnológico geral entre as economias soviética e norte-americana.

O objetivo de superar economicamente os EUA, fazendo da capacidade de desenvolvimento econômico o fator de eventual predomínio da URSS, terminou em fracasso. No momento da introdução da internet, o jogo já estava decidido, mas, mesmo se não estivesse, este seria o fator definitivo da derrota do modelo soviético.

O projeto de Gorbachev nasceu frustrado, tornando-se o capítulo derradeiro da interpretação economicista do marxismo pelo modelo soviético. A social-democracia já havia abandonado definitivamente esta interpretação, aderindo a projetos de democratização do capitalismo.

A acumulação socialista primitiva com base na expropriação do campesinato permitiu um processo de industrialização, mas não pôde contar com a economia agrícola, pois sempre teve os camponeses na oposição. Assim, a acumulação foi capaz de impulsionar a primeira etapa da industrialização, mas nunca de competir com o grau de desenvolvimento econômico dos países do centro do capitalismo. Ficou claro, no declínio dos países do campo socialista, que a reivindicação generalizada não era a conquista da democracia, mas do acesso ao consumo dos países do centro do capitalismo.

5 A ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

O fim do campo socialista faz parte de um conjunto de elementos regressivos que marcam a introdução do período histórico contemporâneo. Juntam-se a isto a passagem de um mundo bipolar a um unipolar sob hegemonia dos EUA, a passagem de um longo ciclo expansivo do capitalismo a um recessivo e a passagem de um modelo hegemônico regulador a um desregulador, neoliberal.

Entre as múltiplas consequências dessa transição, está a naturalização da economia capitalista, conforme o socialismo deixava de ser uma realidade histórica, em que tinha se tornado a partir da revolução bolchevique de 1917. Triunfando o bloco ocidental na Guerra Fria, triunfou também sua interpretação do mundo, de que faz parte a elevação da economia capitalista à categoria de economia internacional, como se o horizonte histórico possível se limitasse à economia de mercado.

Entre seus efeitos, um dos mais espetaculares foi a escolha pela China de uma via de economia de mercado – que os chineses consideram como socialismo de mercado. Depois de uma década da chamada "revolução cultural", que desorganizou o conjunto da sociedade, incluído o Estado, produzindo 200 milhões de desempregados, além de ter referências históricas muito negativas – a Albânia e o

Camboja, experiências de "igualdade na miséria" –, a China encarou o problema clássico da acumulação socialista primitiva. Deng Ziao Ping – o grande teórico da nova fase do processo chinês – partia da afirmação de que socialismo e miséria não têm nada a ver. Era necessário dar um grande salto material.

Os chineses foram buscar os capitais onde eles estavam: no mercado. Inicialmente, nas colônias chinesas em outros países asiáticos; depois, diretamente nas economias do centro do capitalismo. Tiraram lições da fracassada experiência de Gorbachev na URSS e, em vez de promoverem abertura econômica e flexibilização política, fortaleceram o papel do Estado para garantir controle sobre tal abertura.

Paulatinamente, foi sendo privatizado o setor industrial, reservando-se ao governo a área de infraestrutura e de serviços, mas, sobretudo, a regulamentação econômica, que permitia controlar o grau de abertura econômica. À medida que avançou o processo de privatizações, diminuiu a cobertura estatal no plano social, especialmente nas cidades, para onde convergiram proporções crescentes da população, até chegar quase à metade do total dos habitantes da China.

A famosa frase "Não interessa a cor do gato, contanto que ele pegue o rato", pronunciada por Deng Ziao Ping em 1978, justamente no momento de lançamento do programa de reformas que transformou, em poucas décadas, a cara da China, refletia particularmente a mudança de concepções do país sobre o tema do desenvolvimento. A revolução cultural da década anterior havia desenvolvido a concepção mais radicalmente oposta a esta. Tomando rigorosamente ao pé da letra a interpretação marxista que atribui a tudo um selo inexorável de classe, a revolução cultural tinha feito a mais radical crítica do papel da técnica, da divisão do trabalho, da intelectualidade, da ciência, da universidade, do conhecimento em geral e da cultura.

A condenação mais forte recaía na divisão entre trabalho material e trabalho intelectual, o qual permitiria a apropriação do conhecimento, com os privilégios correspondentes. Condenada como produto da divisão capitalista do trabalho, era igualmente repudiada a construção de grandes estruturas produtivas e econômicas em geral, que possibilitariam esta divisão. A estrutura econômica deveria repousar em pequenas unidades, controláveis pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se deveria periodicamente tomar parte em processos como a revolução cultural, que depurassem a sociedade chinesa dos privilégios do saber e do poder dos intelectuais e cientistas, que tendiam a autonomizar-se. A revolução cultural praticamente fez *tábula rasa* do sistema universitário de pesquisa, desterrando as milhões de pesquisas que teriam sido contaminadas pelo vírus das formas de produção material e intelectual do capitalismo. O próprio Estado chinês foi desarticulado em grande parte das suas estruturas, em decorrência da luta antiburocrática.

Essa concepção tinha triunfado na Albânia e, de forma mais dramática, no Camboja. Ali, combinaram-se o fechamento econômico ao mercado internacional e a apologia do atraso, recoberta pela igualdade e a crítica de qualquer forma de modernização como "burguesa e capitalista". Implantaram-se tiranias retrógradas, em relação tanto a formas elementarmente democráticas de vida política quanto ao conhecimento, à pesquisa, à cultura, ao desenvolvimento tecnológico, à intelectualidade e ao mundo científico. Os processos de urbanização foram caracterizados como contaminados pela ideologia capitalista, procedeu-se à apologia da vida no campo e nas pequenas unidades de produção rural. Milhões de pessoas foram transferidas de maneira forçada para o campo, para processos de "reeducação política", na ótica de que ali haveria "pureza ideológica", não contaminada pela influência capitalista.

O resultado foi um brutal retrocesso econômico e um regime tirânico. A escassez é sempre má conselheira, tende a gerar privilégios, estruturas sociais profundamente estratificadas e rígidas, assim como repressão e segregação. A apologia da igualdade na pobreza não tem nada de socialismo, remete a ordens pré-capitalistas, não incentiva o aumento da produção e da produtividade e termina consolidando a miséria em nome da igualdade e do socialismo. Estes países não poderiam sobreviver muito, apesar do fechamento e do isolamento, assim como da repressão.

A China, que havia sido uma civilização mais próspera e rica que a Europa, foi submetida a algo similar com a revolução cultural, mas antes havia tentado o caminho oposto, com o próprio Mao, no Grande Salto para Frente, que buscava justamente superar o atraso material chinês. A China optou finalmente pelo caminho da superação do atraso pelo desenvolvimento econômico acelerado, com capitais e tecnologias das economias de mercado, em uma lógica que os chineses consideravam submetida às prioridades definidas pelo Estado, antes de tudo a retirada de centenas de milhões de pessoas da miséria no país.

Com suas concepções de longa duração da história, os chineses afirmam que esta é apenas uma etapa, relativamente curta, em que se reivindica o direito de ter acesso a bens fundamentais, de reinserção no mercado internacional, no caminho da construção de país relativamente próspero. Consideram esta via a forma de resolução, nas condições da China, da questão da acumulação socialista primitiva. Mantêm, porém, seus objetivos estratégicos de construção do socialismo e do comunismo, de uma sociedade sem classes e Estado.

Cuba tem de enfrentar questões similares. A sociedade cubana vinha se diversificando quando veio o fim da URSS e o país ingressou no que passaram a chamar de "período especial", situação reservada para alguma possibilidade de guerra, mas utilizada diante das enormes emergências a que Cuba se viu submetida.

O período especial consistiu em medidas de emergência para enfrentar o fim do sistema de planejamento coletivo, que havia permitido a Cuba, ao se integrar a ele, quase duas décadas antes, ter o ciclo de maior desenvolvimento econômico. Tal desenvolvimento ocorrera, em primeiro lugar, pelo planejamento a longo prazo que esta integração permitia, deixando o país a salvo das oscilações típicas das economias capitalistas, ainda mais porque ele dependia da exportação de matérias-primas excedentárias no mercado internacional, como era o caso do açúcar.

Em segundo lugar, o desenvolvimento econômico dera-se porque o sistema de planejamento permitia dispor de um mercado seguro para as exportações, com preços estáveis, da mesma forma que o abastecimento de petróleo e de armamentos. Desta forma, o planejamento econômico podia ser feito em condições de previsibilidade e de segurança de uma retaguarda coletiva a que se integrava cada país.

O fim abrupto do campo socialista deixou Cuba na pior crise de sua história. O país teve uma queda brutal do seu PIB, ficou sem petróleo e mercado para seus produtos de exportação e só sobreviveu pela legitimidade que a revolução havia obtido na massa da população. Houve cortes de eletricidade por alguns anos, incluídos os verões nos trópicos, quando a falta de ventiladores, de geladeira e de televisão rebaixou o bem-estar da população a um nível elementar.

Cinco anos depois de começado o período especial, Cuba adotou medidas de flexibilização que permitiram que as pessoas abrissem alguns negócios por conta própria e trabalhassem para atender demandas do turismo, havendo flexibilização também no recebimento de envios do exterior. As medidas aliviaram em parte a situação mais difícil vivida por Cuba, mas foram outros fatores que possibilitaram superar aquela situação, como a descoberta de petróleo no litoral da ilha e acordos importantes com a Venezuela, a China e o Brasil.

No entanto, isso permitiu a recomposição de certo nível de demanda, sem resolver o problema estrutural da acumulação socialista primitiva, mais fortemente pendente desde o fim do campo socialista. A mudança de governo nos EUA permitiu uma negociação que normalizou, minimamente, as relações econômicas entre os dois países.

Cuba prepara-se para duas negociações com os capitais estrangeiros de que necessita para dar um salto econômico em sua situação interna, pois esta não dispõe das vantagens da China, como um gigantesco mercado interno em vias de acelerada expansão. Dispõe de força de trabalho de boa qualidade, mas nada que se compare à escala da economia chinesa. A questão fica aberta para Cuba.

6 O DESENVOLVIMENTO NO ANTINEOLIBERALISMO

Na passagem do longo ciclo expansivo do capitalismo em escala internacional para o longo ciclo recessivo atualmente vigente, o tema do desenvolvimento foi postergado na agenda central. A combinação virtuosa do crescimento no centro, na periferia e no campo socialista havia consagrado o desenvolvimento econômico, sob distintas formas, em diferentes lugares do sistema. A agenda do ciclo recessivo passou a ser comandada pela estabilidade monetária, pelo ajuste fiscal e pela austeridade financeira. Desenvolvimento passou a estar assimilado à inflação, à indução estatal e à distribuição de renda – todas categorias marginalizadas pelo novo consenso triunfante.

A Comissão Trilateral colocava em destaque um dos temas centrais da nova agenda hegemônica: a ingovernabilidade. Diante das demandas reprimidas e não atendidas por economias em recessão, passou-se a tematizar a questão das "democracias restringidas", em que se atenderia apenas seletivamente a demandas.

Essa posição foi assumida pelo neoliberalismo, ao submeter todas as demandas ao filtro da estabilidade monetária. O resultado foi um brutal processo recessivo. Os governos antineoliberais surgiram ao atacar os dois pontos de maior fragilidade dos governos que implantaram o modelo: políticas sociais e integração regional. Outros aspectos, como a retomada das funções do Estado como indutor do desenvolvimento e da regulação econômica, vieram como necessidade destas duas demandas.

As políticas dos novos governos latino-americanos não constituem ainda uma temática alternativa do desenvolvimento, comportando apenas alguns elementos – mesmo se essenciais. Tampouco se pode dizer que estejam claramente no caminho da superação do neoliberalismo ou que tenham um potencial anticapitalista.

O objetivo essencial do neoliberalismo é o de promover a mercantilização – um objetivo histórico. Consiste em uma reação ao processo de regulamentações imposto pelo Estado keynesiano. Superar o neoliberalismo é desmercantilizar. Desmercantilizar é privilegiar a esfera pública em detrimento do mercado, promover a universalização de direitos no lugar da mercantilização das relações sociais. Quanto mais se desmercantilizar, quanto mais se fortalecer a esfera pública, mais se estará promovendo o anticapitalismo – objetivo essencial do marxismo. É um processo aberto, objeto de disputa ideológica e política, cujo desfecho vai depender do futuro do neoliberalismo, do capitalismo e, portanto, do socialismo e do marxismo.